



Câmara Municipal de Santa Bárbara d'Oeste

“Palácio 15 de Junho”

REQUERIMENTO Nº 352/2025

Requer a criação de Comissão Especial de Inquérito (CEI) para apurar os fatos e responsabilidades relacionados à interdição temporária do aterro sanitário de Santa Bárbara d'Oeste, determinada pela CETESB em maio de 2022.

Senhor Presidente,
Senhores Vereadores,
Senhora Vereadora,

O Vereador infra-assinado, no uso de suas atribuições legais e regimentais, com fundamento na Constituição Federal de 1988, em seu artigo 1º, inciso III, estabelece como fundamento da República a dignidade da pessoa humana, e, no artigo 37, impõe à Administração Pública os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, sendo dever do Legislativo fiscalizar a correta aplicação dos recursos públicos;

CONSIDERANDO que, o artigo 70 da Constituição Federal estabelece que o controle externo da Administração Pública será exercido pelo Poder Legislativo, mediante auxílio do Tribunal de Contas, visando garantir a correta aplicação dos recursos públicos;

CONSIDERANDO que, a Constituição do Estado de São Paulo, em seu artigo 57, atribui às Câmaras Municipais competência para fiscalizar e controlar, diretamente ou por meio de comissão, a execução orçamentária e financeira do município, e em seu artigo 69 reforça o papel fiscalizador das Casas Legislativas;

CONSIDERANDO que, a Lei Orgânica do Município de Santa Bárbara d'Oeste, no artigo 9º, inciso IX, confere à Câmara Municipal a competência para fiscalizar os atos do Executivo, incluindo a concessão de subvenções e repasses financeiros a entidades parceiras, e no artigo 35 garante a criação de Comissões Especiais de Inquérito para apuração de fatos determinados.

CONSIDERANDO que, o Regimento Interno da Câmara, no artigo 22, estabelece os requisitos para a criação da CEI, exigindo delimitação precisa do objeto a ser investigado, composição paritária, prazo e poderes de investigação, garantindo segurança jurídica e efetividade.

FATO DETERMINADO: A interdição do Aterro Sanitário Municipal de Santa Bárbara d'Oeste, determinada pela CETESB em maio de 2022, por ausência de licenciamento ambiental e outras irregularidades operacionais, e os contratos firmados pela Prefeitura com a empresa UTGR Americana para destinação de resíduos sólidos urbanos após a interdição, incluindo os impactos financeiros e administrativos decorrentes.



Câmara Municipal de Santa Bárbara d'Oeste

“Palácio 15 de Junho”



REQUERIMENTO Nº 352/2025/Página 02

DOS FUNDAMENTOS

CONSIDERANDO matéria veiculada no portal G1 Piracicaba, em 24 de julho de 2019, que destacou que o aterro sanitário de Santa Bárbara d'Oeste estava entre os 4 piores do Estado de São Paulo, segundo estudo da CETESB;

CONSIDERANDO que, em novembro de 2018, a Prefeitura Municipal foi multada em R\$ 51.000,00 por irregularidades ambientais no local;

CONSIDERANDO que, em 04 de maio de 2022, a CETESB determinou a interdição do aterro sanitário por ausência de licenciamento ambiental e outras infrações, sendo atribuída ao local a nota 3,5 na escala da CETESB, o que o posiciona entre os piores do estado;

CONSIDERANDO a contratação da empresa UTGR Americana pela Prefeitura Municipal, inicialmente no valor de R\$ 5,6 milhões, posteriormente ampliado para R\$ 6,6 milhões, com vigência até 2026, para prestação de serviços de destinação de resíduos;

CONSIDERANDO a ausência de informações oficiais por parte da Prefeitura quanto ao prazo de reabertura ou solução definitiva para a situação do aterro, gerando apreensão, insegurança e falta de transparência junto à população;

CONSIDERANDO o impacto financeiro direto aos cofres públicos decorrente da paralisação do aterro municipal, com recursos públicos sendo direcionados à contratação de serviços externos para destinação de resíduos, em detrimento de investimentos em áreas essenciais como saúde e educação e;

CONSIDERANDO os princípios constitucionais da administração pública, especialmente legalidade, moralidade, publicidade e eficiência, e a função fiscalizadora desta Casa de Leis.

REQUEREMOS, nos termos do artigo 35, da Lei Orgânica do Município e artigo 22 do Regimento Interno, a criação de COMISSÃO ESPECIAL DE INQUERITO, composta por 03 (três) vereadores sendo: Presidente, Relator e membro indicados em acordo com o Artigo 22, §3º do RI, para cabal apuração dos fatos retro apresentados nas considerações, pelo prazo de 90 (noventa) dias, permitidas prorrogações (artigo 22, § 8º do RI), para apuração dos fatos retro apresentados nas considerações.

Plenário “Dr. Tancredo Neves”, em 13 de junho de 2025.

CARLOS FONTES

Vereador

Líder da bancada do União Brasil



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA BARBARA D'OESTE



Assinaturas Digitais

O documento acima foi proposto para assinatura digital na Câmara Municipal de De Santa Bárbara d'Oeste. Para verificar as assinaturas, clique no link:

<https://santabarbara.siscam.com.br/documentos/autenticar?chave=00U8R97N7GWJD8ED> ,

ou vá até o site <https://santabarbara.siscam.com.br/documentos/autenticar> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido:

Código para verificação: 00U8-R97N-7GWJ-D8ED



DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE - PROTOCOLO Nº 4645/2025 13/06/2025 14:11 - CHAVE: 00U8-R97N-7GWJ-D8ED